

AÇÕES EM EDUCAÇÃO MUSICAL: estabelecendo a música como linguagem artística no contexto da escola básica

Comunicação

*Camila Larissa Firmino de Luna
Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN
kmila_luna@hotmail.com*

Resumo: Com a obrigatoriedade do ensino de música na escola básica sendo uma realidade na legislação brasileira desde 2008, essa linguagem artística tem estado cada vez mais presente nesse cenário. No entanto, a falta de compreensão por parte da comunidade escolar acerca da importância da educação musical na formação do indivíduo, assim como a possibilidade do ensino de uma linguagem artística específica na disciplina Arte, é um fator recorrente nesse contexto de ensino. Para colaborar com a superação desses desafios, é importante que os educadores musicais se posicionem através de uma prática pedagógica fundamentada, organizada, sólida e eficiente (PENNA, 2004). Sendo assim, a fim de somar à discussão sobre esse tema, venho por meio deste trabalho, compartilhar ações promotoras de educação musical, realizadas em uma instituição escolar da rede municipal de ensino da cidade de Nísia Floresta/RN, evidenciando os desafios e soluções pensadas e praticadas até o presente momento, e refletindo sobre os resultados obtidos, inclusive, por meio de depoimentos de representantes dos corpos docente e discente.

Palavras-chave: Ensino de Música na Escola; Escola Básica; Práticas escolares.

Introdução

Como educadores musicais, vivenciamos uma fase de grande crescimento e otimismo em nossa área de atuação. Em 2008, estabeleceu-se a obrigatoriedade do ensino de música no contexto da escola básica através da Lei 11.769/08. Mais adiante, foi sancionada a Lei 13.278/16, que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/96). A obrigatoriedade das quatro linguagens artísticas e a consequente necessidade de formações profissionais específicas nessas linguagens tende a fortalecer a Arte na escola, ultrapassando o ensino polivalente e pondo em prática uma atuação docente sólida e eficaz, de acordo com a respectiva formação.

Deve-se considerar que, o ensino de uma linguagem específica por um docente licenciado, proporcionará um processo de ensino e aprendizagem muito mais aprofundado do que aquele que tenta abarcar a variedade de conteúdos pertencentes à disciplina, de forma rápida e superficial. Quanto a isso, Queiroz (2012) argumenta:

Querer abarcar em uma única disciplina um leque tão amplo de conhecimentos, como os das várias linguagens das artes, simplesmente porque elas têm algo em comum, seria como, exemplificando de forma grosseira, mas legítima a título de ilustração, acabássemos com a disciplina de língua estrangeira, colocando o seu conteúdo dentro das aulas de música, porque nas atividades musicais se canta e se aprecia músicas em inglês, espanhol, etc. e, portanto, o conteúdo estaria contemplado (QUEIROZ, 2012, p. 34).

A LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

[...] evidenciam a necessidade de que se contemple o ensino de música, teatro, dança e artes visuais, 'garantindo' aos estudantes, ao longo da educação básica, a vivência em **profundidade** de pelo menos uma dessas linguagens (QUEIROZ, 2012, p. 33, grifo nosso).

Entende-se, portanto, que a música deve ser trabalhada na escola de forma sistematizada e por um profissional habilitado para isso. A compreensão da música enquanto linguagem, com conteúdos e objetivos específicos, possibilita a estabilidade e a credibilidade desta no contexto escolar.

De acordo com Penna (2004), o professor de Arte licenciado em uma linguagem específica, pode proporcionar o estabelecimento de sua área no cenário educacional por meio de um trabalho pedagógico estruturado em ações planejadas e pertinentes ao contexto da escola básica e ao público a que se destina (PENNA, 2004). Com relação ao *educador musical*, especificamente, Penna (2004) discorre o seguinte:

[...] é importante que o professor de música ocupe esse espaço, ajudando a revelar (e consolidar) o valor da música na escola. Cabe esclarecer que, quando se fala de conquistar espaço, não se trata apenas de se fazer presente na escola, mas de fazê-lo de forma competente e efetiva. Ou seja, com metodologias adequadas para atuar com eficiência nas muitas vezes precárias condições de trabalho (com turmas grandes, recursos materiais reduzidos, etc.), junto a alunos com bagagens culturais distintas, trazendo uma real contribuição para a ampliação – em alcance e em qualidade – de sua experiência artística e musical, objetivo último do ensino de música no

ensino fundamental e médio (PENNA, 2004, p. 12).

Essa postura assumida pelo profissional torna-se importante em virtude da problemática recorrente: a falta de compreensão por parte das gestões pública e escolar, da equipe pedagógica, dos estudantes e de seus responsáveis, quanto ao papel da Arte na escola e como a legislação prevê a organização desse ensino. Pode-se pensar que a forma como a disciplina foi desenhada ao longo da história nesse contexto, e as diversas funções atribuídas a ela, contribuiu para a falta de conhecimento sobre a real função da Arte – e mais, especificamente, da música – na formação do indivíduo. Segundo Sebben e Subtil (2010),

Mesmo havendo a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, o sentido genérico de arte, que compõe as quatro áreas artísticas, ainda está presente, fato que pode ainda assim denotar práticas musicais escolares tanto em uma perspectiva polivalente [...] quanto na ênfase à prática das artes visuais (SEBBEN; SUBTIL, 2010, p. 55).

Também é importante que o educador musical esteja atento às discussões pedagógicas que tem permeado a nossa área na atualidade, articulando-as aos direcionamentos presentes nos documentos normativos atuais de maneira crítica e reflexiva. Dessa forma, nos distanciamos gradativamente da polivalência que beira a superficialidade dos conteúdos e do equívoco conceito:

[...] da música como prática aleatória, evasão, pretexto, estratégia ou auxílio a outras disciplinas e atividades, ignorando sua característica de prática e criação humana e o potencial de produção de conhecimento e superação de atividades escolares fragmentadas que propicia, ainda mais considerando que se configura como elemento essencial no cotidiano dos alunos (SEBBEN; SUBTIL, 2010, p. 55).

Dentre os documentos normativos, temos a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, que “define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 07, grifo do autor). Com relação ao componente curricular Arte, a BNCC propõe a articulação de seis dimensões do conhecimento: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão. Segundo o documento, essas dimensões

facilitam a integração dos conhecimentos, considerando que: “Uma vez que os conhecimentos e as experiências artísticas são constituídos por materialidades verbais e não verbais, sensíveis, corporais, visuais, plásticas e sonoras, é importante levar em conta sua natureza vivencial, experiencial e subjetiva” (BRASIL, 2017, p. 193). Levando em consideração essa concepção, o educador musical pode desenvolver uma prática embasada, considerando a educação integral do estudante, e não apenas uma abordagem unidimensional.

A partir desses apontamentos iniciais, é possível refletir sobre alguns desafios que cercam o ensino de música no cenário em questão, e que foram encontrados em meu atual contexto de ensino, no qual leciono desde 2017 como professora da disciplina de Arte. Tais desafios motivaram-me à busca de soluções que se concretizassem em forma de ações pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem musical dos alunos, estabelecendo a música como campo de conhecimento sólido e relevante para a comunidade escolar.

Sendo assim, o presente trabalho visa **relatar ações promotoras de educação musical realizadas em uma instituição escolar da rede municipal de ensino da cidade de Nísia Floresta/RN**. Este é um relato que faço com a intenção de contribuir para a discussão sobre a solidificação da música como linguagem artística no contexto da escola básica, compartilhando os desafios e soluções pensadas e praticadas até o presente momento.

O contexto de ensino: características e desafios

O município de Nísia Floresta encontra-se na faixa da chamada Grande Natal, tendo em vista que ele se encontra a, aproximadamente, 40km da capital do Rio Grande do Norte. Essa é uma grande cidade em termos de faixa territorial, o que finda abarcando públicos que habitam tanto no centro da cidade, quanto na região litorânea e em zonas rurais, resultando na diversidade social que permeia a clientela que as escolas da rede municipal de ensino recebem.

Inicialmente, é preciso compreender qual era o contexto do ensino de Arte antes do concurso que permitiu meu ingresso como docente dessa rede. Em 1996, ocorreu o penúltimo concurso público para professor efetivo no município e, nos anos posteriores, houve uma série de fatores que contribuíram para a defasagem do corpo docente,

como por exemplo, a aposentadoria de alguns profissionais, e a crescente demanda de alunos da região, o que ocasionou a abertura de novas turmas nas escolas.

Com isso, foi necessária a contratação de professores temporários – situação essa que permaneceu por muitos anos. Nesse cenário, a disciplina de Arte, normalmente, era lecionada por esses profissionais contratados, os quais não possuíam formação específica na área, e que assumiam esse papel apenas para “complementar” a sua carga horária¹. Levando em consideração esse relato inicial, é possível imaginar como a disciplina de Arte foi historicamente desenhada nas escolas dessa rede de ensino, passível de práticas artísticas polivalentes e/ou superficiais.

Em 2016, foi publicado o Edital n.º 001/2016, visando a contratação de profissionais efetivos. No entanto, a distribuição de vagas na área de Arte não foi dividida em linguagens, como já vem sendo organizada no âmbito dos concursos da rede estadual de ensino, e do município de Natal, por exemplo. A prova abrangeu as quatro linguagens artísticas de forma desequilibrada, apresentando apenas uma questão específica de Música, e grande parte das questões referente às Artes Visuais e ao Teatro. Isso, de certa forma, gera uma desvantagem, pois, mesmo sendo permitida a participação dos licenciados nas linguagens específicas, o desequilíbrio na distribuição dos conteúdos programáticos implica certa dificuldade para aquelas licenciados nas linguagens menos favorecidas (PENNA, 2004).

Mesmo com essa implicação inicial, ingressei na rede em 2017 como professora efetiva na disciplina de Arte, assumindo o cargo, inicialmente, em duas escolas: uma no centro da cidade, e a outra na zona rural. O relato aqui registrado se refere à primeira instituição, tendo em vista a distribuição da maior parte da minha carga horária de trabalho. Em 2017, essa escola possuía 32 turmas de Ensino Fundamental II e mais 02 turmas de Ensino Médio que, apesar de pertencer à rede *estadual* de ensino, utilizava algumas salas devido ao fato de o prédio da instituição escolar estadual não comportar todos os alunos na época².

O segundo desafio, *todos* os professores – independente da disciplina – enfrentam: a falta de um momento direcionado ao planejamento coletivo, o que dificulta um trabalho

¹ Com exceção dos professores efetivos que ocuparam a função de forma específica anteriormente.

² As turmas de Ensino Médio seguiam a rotina instituída na escola, assim como as turmas do Ensino Fundamental II. O último ano da presença desses alunos na instituição foi em 2018.

interdisciplinar mais sistematizado, incluindo a interação entre as linguagens artísticas no cotidiano pedagógico. Na instituição em questão, estão lotados três professores de Arte com habilitações em linguagens artísticas distintas, o que poderia gerar um trabalho pedagógico ainda mais relevante, fortalecendo a disciplina e o discurso enquanto componente curricular. No entanto, cada aula tem a duração de uma 01 hora, o que faz com que a nossa carga horária na escola seja toda preenchida em atividades com os alunos; as horas destinadas ao planejamento são aproveitadas de forma individual e domiciliar, ocasionando certa defasagem no diálogo entre as equipes pedagógica e gestora.

Outro obstáculo encontrado foi a falta de direcionamento para a disciplina no contexto municipal. Não nos chegou ao conhecimento nenhum documento curricular que pudesse direcionar o fazer artístico-pedagógico, adicionado ao fato de que, o material didático adotado anteriormente apresentava uma linguagem bastante avançada para o público-alvo com o qual trabalhamos, além de possuir uma organização que não facilitava o ensino através das linguagens específicas. Aliado a isso, não havia uma organização com relação à divisão das turmas e às linguagens artísticas estudadas.

Frente a essas situações, foi necessário realizar ações para que a música se estabelecesse como uma linguagem artística sólida no contexto escolar, o que, consequentemente, contribui para uma maior conscientização acerca do ensino da Arte e de como ele pode ser organizado. As ações citadas a seguir foram, ou vem sendo realizadas no período entre os anos de 2017 e 2020, no contexto do Ensino Fundamental II.

Ações em educação musical

Organização do ensino das linguagens artísticas

Inicialmente, quando o grupo de novos professores efetivos assumiram seus cargos em 2017, a divisão das turmas ficou bastante confusa, devido ao fato de ter sido realizada visando a logística dos horários e dos professores, considerando que a grande maioria não é residente no município³. Foi um ano de adaptação para toda a comunidade escolar. Os

³ O concurso realizado em 2016 contribuiu para a renovação da maior parte do corpo docente da rede municipal de ensino, tendo em vista o grande período em que não houve processo seletivo para a contratação

docentes foram se situando em suas disciplinas e turmas, e estabelecendo um perfil de trabalho dentro da instituição, o que colaborou para que, no ano seguinte, houvesse uma melhor definição.

Sendo assim, na disciplina de Arte, ficou acordada entre a equipe a seguinte divisão: 6º ano – Música, 7º ano – Dança, 8º ano – Artes Visuais e 9º ano – Teatro. Essa organização se deu pela identificação dos docentes com o público de cada turma, tendo em vista a metodologia, o plano de ensino e o perfil de cada faixa etária.

Essa esquematização está em fase de oficialização por parte da Secretaria Municipal de Educação, por meio de um documento oficial que estabelece a divisão, inclusive, para as demais escolas da rede. Vale ressaltar que, cada linguagem artística deve ser trabalhada de forma aprofundada, de acordo com a formação do professor, mas sempre que possível, articulada com as demais – seja nas aulas teóricas, seja nas práticas artísticas. Além disso, a instituição que não possui uma equipe de Arte com a formação específica nas quatro linguagens, deve adaptar essa organização de acordo com a realidade, mas ainda visando certa esquematização.

Organização dos conteúdos e seleção de material didático adequado ao contexto

Levando em consideração a falta de direcionamento específico para a disciplina Arte por parte da Secretaria Municipal de Educação de Nísia Floresta/RN, os conteúdos trabalhados no âmbito da linguagem musical foram organizados de acordo com a nova BNCC. Apesar de nós, equipe pedagógica da instituição, não termos tido nenhuma formação relacionada à BNCC até o presente momento, em 2018, participei como docente colaboradora na construção do Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte (Ensino Fundamental) nos quesitos relacionados à linguagem artística musical, o que me permitiu ter um maior conhecimento sobre essa base.

Assim, pude me aprofundar nesse direcionamento e articular a prática musical de forma mais embasada, baseando-me nas unidades temáticas apresentadas no Documento Curricular estadual, que se dividem da seguinte maneira: 1. Usos e funções da música; 2.

de novos funcionários efetivos. Muitos desses professores residem em cidades próximas à Nísia Floresta, incluído o município de Natal.

Propriedades do som e os elementos constitutivos da música; 3. Fontes sonoras; 4. Gêneros musicais; 5. Processos de criação; 6. Registros e notação musical; 6. Identidade musical brasileira; 7. Regência musical; 8. Circulação da música; 9. Arte integrada (RIO GRANDE DO NORTE, 2018).

Contudo, foi preciso certa adaptação, considerando que a estrutura do documento prevê o cenário em que o aluno tem uma continuidade no ensino, iniciando os estudos musicais no 1º ano, e concluindo o processo no 9º ano – que não é o caso do nosso contexto. Desse modo, selecionei conteúdos que considero importantes para uma formação musical inicial, e os leciono no período de 01 (um) ano letivo, tendo em vista que hoje atuo apenas nas turmas de 6º ano.

Além disso, em 2019, tivemos a oportunidade de selecionar o material didático que será utilizado em um ciclo de quatro anos – iniciado em 2020 – por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Todos os profissionais atuantes na disciplina de Arte do município tiveram acesso às opções e, em comum acordo, optamos por um material coerente com a nossa realidade, a organização das linguagens e o público-alvo em questão (inclusive, atentando para a facilidade na leitura dos textos). O fato desse material já contemplar a BNCC, também facilita o embasamento das nossas práticas.

Projetos interdisciplinares

Outra ação importante foi o envolvimento em projetos interdisciplinares, promovendo a articulação entre diversas disciplinas e professores⁴. Dentre esses projetos, citarei aqui apenas alguns a título de ilustração.

No caso de Arte e Ciências, desenvolvemos o *Projeto Música e Emoções*, cujo objetivo foi possibilitar experiências sensoriais através da relação entre som e imagem, articulando as vivências com o conhecimento sobre ativação de memórias e recebimento sonoro por meio do nosso aparelho auditivo. Esse projeto foi, primeiramente, vivenciado com os estudantes em sala de aula e, posteriormente, apresentado à comunidade na Feira de Conhecimento 2018.

⁴ Os projetos foram desenvolvidos por meio da parceria entre mim – como professora de Arte/Música – e professores de outras disciplinas.

Outra parceria estabelecida foi com a disciplina de Português. Em 2019, desenvolveu-se o *Projeto Sementes da Leitura*, no qual foram realizadas várias ações de incentivo à leitura por parte das professoras de português, como a reinauguração da biblioteca escolar e o I Festival de Literatura e Arte. Nesse contexto, a música esteve presente ativamente na programação cultural dessas ações – inclusive, se articulando com outras linguagens artísticas –, e em um projeto pedagógico desenvolvido em parceria com professoras de português e matemática, baseado na obra “O Pequeno Príncipe”. A partir dessa narrativa, apresentamos a composição “O simples da vida”, de minha autoria, articulando as práticas de canto coral e flauta doce.

Projetos fixos e específicos em educação musical

Com o intuito de colaborar para um maior engajamento da comunidade escolar com a linguagem musical, em 2017 foi criado o *Projeto Música na Escola*. Essa ação, na verdade, foi uma sugestão “despretensiosa” de um dos professores de Geografia da instituição. O respectivo professor já possuía uma prática musical fora do contexto da escola, e sugeriu que houvesse uma atividade musical que integrasse a comunidade escolar. Arelado a isso, emergiu a necessidade de realizar culminâncias dos processos pedagógicos musicais realizados em sala de aula com as minhas turmas. Sendo assim, estruturei o projeto com o intuito de promover ações artístico-musicais que integrasse a comunidade escolar, envolvendo diversos objetivos específicos, que vão desde a formação de plateia, à organização de possíveis apresentações que articulem as quatro linguagens artísticas.

Inicialmente, o projeto acontecia mensalmente, sendo reprogramado para acontecer bimestralmente a partir de 2018, promovendo maior período de tempo para organização entre uma edição e outra. Em cada uma dessas edições, os alunos que compõem as turmas nas quais leciono apresentam as culminâncias do processo pedagógico realizado em sala, abarcando o canto coral, a prática da flauta doce, o uso de materiais alternativos e de sons corporais. No entanto, os discentes de outras turmas que não possuem aulas de música – e sim, de outra linguagem artística – também podem participar, expressando-se musicalmente de forma espontânea e, na maioria das vezes, expondo a prática musical apreendida fora do contexto escolar, como em igrejas, escolas especializadas

e projetos sociais.

A participação dos demais professores e funcionários também é muito importante. Hoje, contamos com uma banda que acompanha os alunos quando necessário, a qual é formada por um docente (percussão), um auxiliar de serviços gerais (contrabaixo elétrico) e um ex-aluno (violão) da instituição. Conto também com o apoio da equipe pedagógica no que tange a organização de ensaios, materiais e logística, além da divulgação do projeto nas redes sociais.

Outra ação mais recente foi o *Projeto Mais Música*, iniciado em 2020, estendendo as ações em educação musical para o âmbito extracurricular. A minha carga horária de trabalho, direcionada à escola da zona rural anteriormente, a partir desse ano, foi centralizada na instituição, da qual estou tratando aqui. Sendo assim, 04 horas foram divididas para atender duas necessidades que emergiram durante os primeiros anos de atuação: 1. Alunos que *demonstram interesse* em dar continuidade ao estudo musical de forma mais aprofundada, gerado a partir das práticas desenvolvidas em sala de aula; e 2. Alunos com necessidades especiais, com os quais não tem sido possível estabelecer metodologias mais direcionadas a eles estando no contexto da sala de aula. Assim, organizei duas turmas referente à primeira necessidade⁵, e quatro turmas dentro do contexto da segunda.

Infelizmente, o trabalho precisou ser interrompido logo quando teve seu início, devido à pausa nas atividades escolares causada pela pandemia da COVID-19, e retornará assim que tivermos condições de dar continuidade.

Contato com a prática musical extraescolar

Por três anos seguidos (2017, 2018 e 2019), algumas turmas tiveram a oportunidade de participar como apreciadores de concertos didáticos que integram a programação da Semana da Música, promovida anualmente pela Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN).

Nessas ocasiões, os discentes vivenciaram o ambiente universitário, observando sua estrutura física e um pouco da dinâmica de estudo do contexto, podendo enxergar a música

⁵ A participação nessas turmas se dá por meio de inscrição.

como uma possibilidade de profissionalização. Vale salientar também que, para alguns, o fato de vivenciarem uma experiência fora de sua cidade, foi algo inédito.

Outra ação realizada dentro desse âmbito, foi convidar um grupo musical externo para um concerto didático dentro do espaço escolar, oportunizando a todos que integram a escola essa experiência musical. Sendo assim, em 2018, o Grupo de Percussão da UFRN (GRUPPERC) realizou duas apresentações: uma no turno matutino, e outra no turno vespertino, colaborando para a construção de novos conhecimentos sobre instrumentos musicais e repertório (erudito e popular).

Resultados obtidos

Apesar das dificuldades encontradas cotidianamente, considero que as ações descritas aqui tem promovido a consolidação da música como linguagem artística organizada – com objetivos claros e específicos – dentro do contexto escolar. Para ilustrar tais resultados e corroborar com o meu discurso neste trabalho, coletei depoimentos de alguns integrantes dessa comunidade escolar: dois docentes (Professor A⁶ e Professora B⁷) e um discente (Aluno X⁸).

Segundo o Professor A, ações musicais anteriores foram realizadas na instituição, como a criação de uma banda marcial e apresentações musicais nos eventos escolares. Porém, essas atividades priorizavam os alunos que já possuíam certo conhecimento musical, desconsiderando os demais. O docente ainda afirmou que:

As atividades musicais desenvolvidas tem sido um diferencial relevante, tanto para os estudantes, quanto para os simples expectadores como nós, professores e demais funcionários, e porque não citar os pais e toda a comunidade, uma vez que os resultados reverberam fora dos muros de nossa escola (PROFESSOR A, 2020).

Já a Professora B comentou que, mesmo havendo vários estudos que afirmam que a música é um importante “instrumento educativo”, dificilmente encontra-se ações como o *Projeto Música na Escola*, por exemplo.

⁶ Professor de história, ex-aluno e atuante na instituição há alguns anos.

⁷ Professora de Português.

⁸ Ex-aluno. Não fez parte de nenhuma turma sob a minha docência, mas sempre participou ativamente do Projeto Música na Escola.

Ele vai muito além de proporcionar acesso ao universo da cultura musical, pois desperta a sensibilidade, a percepção estética, a concentração e o entendimento da linguagem artística. [...] Ademais, o projeto oportuniza o desenvolvimento artístico através da música, resgatando a autoestima dos estudantes (PROFESSORA B, 2020).

O Aluno X já possuía uma prática musical extraescolar, e ressaltou a importância do *Projeto Música na Escola* para o seu desenvolvimento musical.

O Projeto Música na Escola pra mim foi uma das coisas que mais me fez ter certeza de que é isso que eu quero pra minha vida (a música), pois muitas vezes quando eu me sentia desestimulado a estudar música, ou até mesmo a tocar, eu me sentia impulsionado a participar do projeto, como se eu soubesse que aquilo ia me dar ânimo! Então, pra mim, o projeto foi muito importante (ALUNO X, 2020).

A partir desses depoimentos, é possível contemplar os avanços conquistados dentro do espaço escolar por meio de ações que tem solidificado o discurso quanto à importância da educação musical para a formação do indivíduo. É fato que ainda existem muitos desafios a serem superados, mas a tradição em um ensino de música eficaz tem sido construída gradativamente mediante essas ações.

Considerações finais

Vale ressaltar que este trabalho não tem o intuito de “romantizar” o papel do educador musical no âmbito da **realidade** escolar. As dificuldades, de fato, existem, e necessitamos de condições, tanto materiais, quanto formativas, para que consigamos realizar um trabalho efetivo. No entanto, é de grande valia que os professores de música se proponham a realizar um trabalho que seja embasado, organizado e de acordo com a legislação, para que a música seja reconhecida como uma linguagem consolidada e importante para a formação artística e humana do indivíduo.

Mesmo com os desafios encontrados, compreendo que as experiências aqui descritas tem realmente colaborado para o estabelecimento da música como linguagem artística no contexto escolar citado, considerando o conjunto de ações desenvolvidas junto à comunidade escolar, e os resultados obtidos durante o processo de ensino e aprendizagem.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries): arte**. Brasília, 1998.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.769**, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. Presidência da República. **Lei nº 16.278**, de 02 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: II – da legislação à prática escolar. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 11, p. 7-16, set. 2004.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 20, n.29, p. 23-38, jul.dez 2012.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação e da Cultura. **Documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte: ensino fundamental [recurso eletrônico]** / Secretaria da Educação e da Cultura. Natal: Offset, 2018. Disponível em: <<http://rn.undime.org.br/>>; <<http://educacao.rn.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SEBBEN, Egon Eduardo; SUBTIL, Maria José. Concepções de adolescentes de 8ª série sobre música: possíveis implicações para a implementação das práticas musicais na escola. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 23, p. 48-57, mar. 2010.